

**Análise por meio da categorização das macrotendências da Educação Ambiental em
Parques Estaduais da cidade de Campo Grande (MS)**

Analysis of the Perspective of Environmental Education in State Parks in the city of Campo Grande (MS) through the categorization of macro trends.

Paola Vicentini Boni
Mauro Henrique Soares da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande, MS, Brasil

Resumo

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação busca a realização do desenvolvimento sustentável para amenizar as relações capitalistas. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental (EA) se faz necessária, pois auxilia na preservação e conservação de unidades de conservação. O trabalho possui como objetivo realizar a análise dos planos de manejo dos parques estaduais de Campo Grande (MS), na concepção das macrotendências. Para isso, foi realizada uma análise dos documentos a partir das seguintes categorias: Conservadora, Pragmática e Crítica. Pelos resultados obtidos, percebe-se nos documentos que a EA é aplicada, predominantemente, na sua forma conservadora e pragmática, com distanciamento das dinâmicas sociais e políticas e sem questionamentos à estrutura social. Nota-se, portanto, que mesmo com as discussões atinentes a esta atualidade, ainda é perceptível uma constância no desenvolvimento da EA em nível superficial e pouco crítica.

Palavras-chave: educação ambiental, macrotendências, parques estaduais; unidades de conservação.

Abstract

The creation of the National System of Conservation Units sought to achieve sustainable development to ease capitalist relations. In this perspective, Environmental Education (EA) is necessary, as it helps in the preservation and conservation of conservation units. The objective of this work is to carry out the analysis of the management plans of the state parks of Campo Grande (MS) in the conception of macro trends. For this, an analysis of the documents was carried out from the following categories: Conservative, Pragmatic and Critical. As a result, it is clear that today EA is applied in a conservative and pragmatic way in documents with a distance from social and political dynamics and without questioning the social structure. It is concluded that even with the discussions correspondent to the present time, a constancy in the development of EA is perceived in a superficial and uncritical way.

Keywords: environmental education, macro trends, state parks; conservation units.

Introdução

A partir da metade do século XX, houve uma preocupação com o meio ambiente, devido ao início da discussão sobre uma crise ambiental sem precedentes, que afeta a sobrevivência humana e dos demais seres vivos. Uma das justificativas para a crise foi o aumento da taxa de natalidade mundial e, conseqüentemente, do maior número de habitantes em toda a história (Bonar, 2012). Cabe ainda destacar que a concentração majoritária destes habitantes em áreas urbanas, com modos e padrões de consumo em desajuste com o equilíbrio do planeta, também justificava a referida crise.

O aumento do número de pessoas no planeta acarretou um distanciamento inesperado do homem com a natureza, algo que não fora almejado. Marx (2004, p.84) explica que “O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer”.

Associado ao processo, ratifica-se que o século XX foi marcado pela inserção do capitalismo liberal e neoliberal, o que orientou a economia para ganhos imediatos, para políticas ambientais insustentáveis e, conseqüentemente, para uma sociedade desigual que aflora os conflitos, principalmente, os socioambientais (Diegues, 2001; Sachs, 2007).

Nesse sentido, inicia-se a discussão sobre a necessidade de áreas de preservação permanente (APP), na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972. As APPs são definidas como áreas de proteção e manutenção da biodiversidade, relacionadas aos recursos naturais e culturais, com manejo adequado a partir de políticas e leis ambientais. Com isso, tem-se que a conservação da biodiversidade é ponto fundamental para a manutenção da sustentabilidade (Oliveira, 2004).

Por força desse contexto, o Brasil iniciou as discussões em relação a criação de APP, onde foi implantado o Parque Nacional do Iguaçu (Decreto 1.035/39) e, depois de longos anos, em 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei do SNUC - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), o qual tem como objetivo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC possui uma divisão entre as unidades de conservação, sendo: Proteção Integral, voltado para a preservação; e Desenvolvimento Sustentável, voltada para a conservação.

As UCs de Proteção Integral são classificadas da seguinte forma: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA),

Refúgio da Vida Silvestre (RVS). E a categoria de Uso Sustentável são Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta (FLONA ou FE), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RV), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) (Brasil, 2000).

Para o Brasil, foi um grande marco devido ao país ocupar a 3ª maior superfície terrestre coberta por Unidades de Conservação (UCs) no mundo, com 1.544.468 km² (MMA, 2021). A distribuição das UCs no país, se dá de forma heterogênea. Como exemplo, tem-se o estado de Mato Grosso do Sul, que possui 62 unidades de conservação municipais, 10 unidades de conservação estaduais e 01 unidade de conservação federal (IMASUL, 2022; MMA; 2021).

A criação das unidades de conservação possui vários objetivos; dentre eles, o Art. 4º, “XII - favorecer condições e promover a **educação e interpretação ambiental**, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Brasil, 1999; 2017. Grifo nosso). Dessa forma, a realização da Educação Ambiental (EA) é vista como uma possibilidade de ressignificar uma educação pautada em anseios relacionados à conservação e preservação da vida e às suas complexidades. Tais objetivos provocam, assim, uma necessidade de reavaliação de significados, conceitos e posturas, ante as adversidades que cercam a sociedade no presente e no futuro

Nesse contexto, estão os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento basilar da educação brasileira, que coloca o meio ambiente como tema curricular transversal, devendo ser incluído em todas as disciplinas do currículo e, assim, associado com a EA. E, embora demonstre certo retrocesso na promoção da educação ambiental, recentemente, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo, orienta a construção dos currículos em todos os municípios brasileiros (Brasil, 2017).

Dessa forma, é necessário e atual tratar sobre EA, sobretudo, quando relacionada às potencialidades de usos das Unidades de Conservação; ainda mais, havendo uma grande possibilidade de implantação, por meio da prática ambiental, de forma consciente ou intuitiva, de atividades educativas envolvendo a sociedade e a natureza (Sauvé, 2005a e b). Por isso, o desenvolvimento de políticas e estratégias de educação, interligadas a unidades de conservação provocam a promoção da sociobiodiversidade (ICMBio, 2014).

Ante o exposto, o objetivo do artigo é analisar os planos de manejo dos parques estaduais da cidade de Campo Grande (MS) e analisar as concepções de macrotendências da Educação Ambiental contidas nos documentos.

Fonte: Autora, 2022.

2.2. Análise dos Planos de Manejo

Existem diversas concepções para explicar a Educação Ambiental, as quais podem possuir diversas designações. Para este trabalho, será utilizada a categorização de macrotendências da Educação Ambiental para a realização da análise do contexto dos planos de manejo, nos quais aparece o termo “Educação Ambiental”, sendo elas: Conservadora, Pragmática e Crítica, segundo Carvalho (2001) e ICMBio (2016) – Quadro 1.

Quadro 1. Categorização de macrotendências da EA.

Categorização de Macrotendências da Educação Ambiental			
Concepção da EA	Conservadora	Pragmática	Crítica
Características	- Correntes <u>conservacionista</u>, comportamentalista, alfabetização ecológica e autoconhecimento. - <u>Distanciada da dinâmica social e política</u>. - Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais. - <u>Não questiona a estrutura social</u> vigente em sua totalidade, mas apenas reformas de partes ou setores sociais.	- Educação para o <u>desenvolvimento e consumo sustentável</u>. - Compensação para <u>corrigir a imperfeição do sistema produtivo</u>. - Percebe o meio ambiente como uma mera <u>coleção de recursos naturais em processo de esgotamento</u>. - Promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base. - <u>Desconsidera a distribuição desigual</u> dos custos e benefícios da <u>apropriação dos bens naturais</u>.	- Correntes da EA popular, emancipatória, <u>transformadora</u> e no processo de gestão ambiental. - Revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano. - Busca <u>enfrentamento político das desigualdades</u> e da injustiça socioambiental. - Oposição às tendências conservadoras e comportamentais. - Forte <u>viés sociológico e político</u>.

Fonte: CARVALHO, 2001; ICMBIO, 2016. Grifo nosso.

A categorização de macrotendências na Educação Ambiental envolve as direções de evolução, conforme o desenvolvimento da EA, que iniciou desde 2000. Assim, busca-se compreender as adequações nos planos de manejos do PEP e PEMS devido às últimas atualizações, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Dados dos Parques Estaduais de Campo Grande (MS).

Nome da UC	Área (ha)	Decreto de criação	Possui plano de manejo?	Quando foi criado o PM?	Ocorreu atualizações? Ano.
Parque Estadual do Prosa (PEP)	135	Nº 10.783 de 21/05/2002	SIM	2011	2021
Parque Estadual	188	Nº 9.935 de	SIM	2009	2021

Matas do Segredo (PEMS)		05/06/2000			
--------------------------------	--	------------	--	--	--

Fonte: IMASUL, 2022. Org.: Autores, 2022.

3 Desenvolvimento

3.1 – O Parque Estadual do Prosa (PEP) e Parque Estadual Mata do Segredo (PEMS) no contexto urbano de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul

O Parque Estadual do Prosa (PEP)ⁱⁱ, que é considerado uma UC de Proteção Integral, foi criado por meio do Decreto Estadual nº 10.783 de 21 de maio de 2002. Possui uma área de 135,2573 hectares e seu território abrange parte da área urbana do município de Campo Grande. O principal objetivo da criação do PEP é a preservação das nascentes do Córrego Prosa e da fauna e flora do cerrado.

O parque pertence à bacia hidrográfica do rio Anhanduí, afluente do rio Pardo e originário do município de Campo Grande, faz junção também com o córrego Segredo e Bandeira. O córrego Prosa é formado por dois pequenos córregos: o Desbarrancado e o Joaquim Português, que tem parte de suas nascentes no PEP (Mato Grosso do Sul, 2011).

Os objetivos gerais do PEP são pautados em pesquisa científica, educação ambiental e recreação em contato com a natureza. Como dito anteriormente, UCs pertencentes à categoria plano estadual as quais devem conter uma zona de amortecimento.

No caso da PEP, é uma área de proteção no interior do perímetro urbano, por isso as áreas de entorno devem possuir limitações a fim de proteger a unidade contra os impactos ambientais, como redução de umidade e aumento de temperatura que se sobressaem ainda mais no interior da cidade.

Para minimizar as implicações, o Plano Diretor da Cidade de Campo Grande criou as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), com o objetivo específico de garantir a conservação e a recuperação ambiental e urbana. No entanto, o Parque Estadual do Prosa não se encontra nesta zona, devido ao entorno não representar proteção ao PEP (IMASUL, 2011).

O Parque Estadual Matas do Segredo, anteriormente conhecido como Jardim Botânico, foi criado por meio do Decreto Estadual nº. 9.935/2000. O nome dado ao parque se dá em virtude do modo como os moradores designavam a mata: anteriormente, era Mata do Segredo II, devido à existência de uma outra reserva, de propriedade do Exército, conhecida como Mata do Segredo I.

O PEMS possui área de 177,58 hectares e está localizado na transição entre o perímetro urbano e rural, sendo inserido no córrego Segredo/Anhanduí (99,41%) e Ribeirão das Botas/Pardo (0,59%) (IMASUL, 2021).

Ressalta-se que, ao norte do PEMS, localiza-se a APA do córrego do Ceroula, unidade de conservação de uso sustentável, com predomínio de atividade econômica vinculada à pecuária extensiva, além de produção hortifrutigranjeiros que utilizam a água do PEMS.

Esse fato justifica o indicador de baixa conectividade funcional, segundo o Zoneamento Ecológico Econômico de Campo Grande (Groen, 2016). Tais indícios se dão pelo alto grau de degradação dos corredores ciliares urbanos, gerando uma desintegração e isolamento geográfico, devido ao processo de urbanização que provoca a fragmentação florestal, associada ao processo de impermeabilização do solo. Com isso, a proximidade do PEMS e a APA do córrego do Ceroula se faz essencial para integração ecológica.

Nota-se, em tempo, que o surgimento de problemas ambientais como erosão e o uso de queimadas para realização da “limpeza” em áreas ao entorno do parque acabou o atingindo. Assim, se faz importante a eficácia da Zona de Amortecimento, pois o PEMS está localizado em uma ZEE Urbana, considerada uma área de alta vulnerabilidade geoambiental, o que exige ainda mais atenção (IMASUL, 2021).

Por isso, a Educação Ambiental se faz necessária. Sabe-se que as UC são consideradas ambientes não formais de ensino, fator que dificulta o desenvolvimento de trabalhos que debatem essa perspectiva. Por isso, é importante cada vez mais discussões relacionadas aos fundamentos da educação ambiental (EA) no interior de unidades de conservação.

As UCs caracterizam-se como espaço público reconhecido por lei e aproveitadas para o desenvolvimento da EA como prática educativa, influenciando na sociedade seja por seus visitantes, alunos ou população do seu entorno, seja na cidade ou no campo. Com essa possibilidade, observa-se uma proximidade da sociedade com o meio ambiente e assim uma ligação e responsabilidade maior (Quintas, 2006).

As UC são consideradas Espaço Educador, pois estimulam a curiosidade sobre a fauna, flora, ecologia, diversidade e, assim, relacionam-se com questões atinentes à necessidade de proteção, para que ocorra a preservação de determinada área de proteção (Borges, 2011). Ainda é importante lembrar que as UCs podem ser consideradas Espaços Educadores Sustentáveis (Trajber; Sato, 2010).

Por isso, no estabelecimento de uma unidade de conservação, é necessário coordenar sua gestão direcionada ao uso público e indispensável à criação de um plano de manejoⁱⁱⁱ. Esse documento é considerado um instrumento, cujo objetivo é determinar diretrizes de desenvolvimento das atividades e uso dos recursos naturais internos e no entorno da área de proteção, propor zoneamento e estabelecer a forma de uso da UC (Brasil, 2000.).

3. 2. Discussão sobre Educação Ambiental nos planos de manejo

O termo “Educação Ambiental” aparece no plano de manejo do PEMS cerca de 25 vezes, no corpo do texto; e no PEP, soma-se um total de 22 vezes. No primeiro encarte de ambos os planos, que contém a introdução e na ficha técnica, já é citada a educação ambiental como uma forma de utilização e uma possibilidade de desenvolvimento de atividades. Logo, é possível notar a expressão de uma EA Conservadora, pois é apoiada no princípio da obrigatoriedade e na ecologia.

No PEMS, é citado o Projeto Social Patrulha Florestinha, criado pela Polícia Militar Ambiental, em 1992. O texto deixa evidente que tem “objetivo de oferecer aos jovens da comunidade da região do bairro Nova Lima noções de Educação Ambiental, ecologia e botânica, grupo de teatro, ordem unida e civismo, como alternativa para a ocupação do tempo livre e formação complementar dos jovens.” No texto é possível compreender, mais uma vez, a presença da EA Conservadora, já que demonstra pouca profundidade sobre o que a Educação Ambiental realmente representa e não prevê obrigatoriedade na forma que pode vir a ser desenvolvida.

Do PEP, emana informações sobre o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) e aponta a necessidade de inseri-lo em atividades de uso público e de Educação Ambiental. Contudo, nota-se que não há nenhuma explicação do motivo que poderia relacionar as atividades do CRAS com a EA, deixando vago ou pouco claro. Mesmo assim, percebe-se uma tentativa de aproximação da dinâmica social, para que ocorra uma dimensão afetiva e, possivelmente, uma mudança de comportamentos individuais, evidenciando assim uma EA Conservadora.

É perceptível que a EA seja vista, no plano de manejo do PEP, como uma atividade dissociada das demais atividades, como pesquisa científica e o ecoturismo, não havendo a inter-relação com as demais atividades que possam ocorrer no parque. Nesse trecho, resta compreendida uma concepção vinculada à visão conservadora, até pela individualização das atividades, com vistas a predominar a paisagem sobre os demais aspectos.

Como respaldo bibliográfico, os planos de manejo do PEMS e o PEP citam a Política Estadual de Educação Ambiental e o Programa Atuação de Educação Ambiental e relacionam-se com a Política Estadual de Turismo e o Plano Estadual de Turismo no art. 5, inciso VI e art. 6, inciso V.

Proporcionar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação ambiental e incentivando a adoção de condutas e de práticas compatíveis com a conservação do meio ambiente natural e a sustentabilidade advinda da atividade turística em MS (Mato Grosso do Sul, 2018).

No escopo do inciso, observa-se uma preocupação com a conservação e a sustentabilidade, o que pode ser utilizado como argumento para a realização do turismo. Assim, conclui-se como evidente um parâmetro da EA Pragmática, relacionada à compensação, para diminuir a imperfeição do sistema produtivo; e à utilização do meio ambiente como um conjunto de recursos naturais que podem se esgotar, por isso, a necessidade da conservação.

No PEP e PEMS, quando se trata de áreas protegidas urbanas elenca-se a importância da EA.

(...) Além disso, se bem manejadas, essas áreas podem ser um poderoso instrumento de sensibilização de grupos sociais e de ampliação da (re)conexão da sociedade urbana com a natureza. Isso ocorrerá, principalmente, se estas áreas estiverem preparadas para oferecer oportunidades de recreação em contato com a natureza e de Educação Ambiental (IMASUL, 2021, Encarte I, p. 18, ambos os planos de manejo).

Denota-se a associação da EA como um instrumento de sensibilização e consequentemente conexão com os recursos naturais; com isso, responsabiliza a prática da Educação Ambiental para que esses sentimentos sejam retomados. Assim, de forma simplória, não relaciona as consequências da dominação da natureza e por isso, pode ser considerada EA Conservadora e Pragmática.

No encarte 2, observa-se no PEMS, no contexto do planejamento urbano, uma abordagem da EA como uma possibilidade de atração turística, tendo em vista a abertura para visitantes. Tendo em vista a demanda local por visitas, uma vez que escolas, grupos de observadores de vida silvestre, praticantes de esportes na natureza e pesquisadores se utilizam do parque, faz-se necessário melhor planejamento e estruturação física e operacional do PEMS, de modo a desenvolver sua vocação para o uso público de forma mais

eficiente, atraindo, inclusive, a população do entorno, como forma de instrumento de sensibilização e educação ambiental, além das áreas protegidas se mostrarem como pólos indutores aliados à política municipal de fomento ao turismo da cidade,(IMASUL, 2021, p. 113).

Pode-se observar que o plano de manejo coloca a EA como uma solução para os diferentes usos associados à preservação. Por isso, acredita-se que a EA apresentada nesse trecho é considerada conservadora e pragmática. É conservadora quando trata da educação Ambiental como uma possibilidade para o uso da população do entorno, fazendo assim referência às mudanças comportamentais individuais; é pragmática quando trata do uso da PEMS visando planejamento, estruturação física e operacional, sem se atentar para a questão sociológica e política; para a compreensão dos recursos naturais, por exemplo. Por fim, mesmo citando política municipal, não pode ser considerada EA Crítica, devido a não trazer questionamentos ou enfrentamentos, mas sim o cumprimento de regras e leis.

Em ambos, PEMS e PEP, cita-se a Política Municipal de Meio Ambiente associada à Política Nacional de Meio Ambiente, em que prevê objetivos que incluem a Educação Ambiental. Por isso, existem diversas leis e políticas utilizadas como respaldo para os parques estaduais. No entanto, a discussão é rasa e superficial, não havendo argumentação que aprofunde e melhore as UCs, não há explicações ou direcionamentos de como ou em que irá atuar, por essa razão, considera-se EA Conservadora.

No PEP, para compreensão da situação atual de gestão da UC, atividades de uso público e educação ambiental.

(...) No Parque a visitação é feita com foco na sensibilização e promoção da educação ambiental, sendo realizada através de caminhadas e observação em trilhas interpretativas pré-agendadas e orientadas, essencialmente, por Guardas Parques, condutores credenciados, funcionários do IMASUL, e estagiários de Universidades detentoras de Convênios com o órgão, não sendo possível ainda a visita autoguiada, limitando às visitas à capacidade operacional, atualmente bastante reduzida (IMASUL, 2021, Encarte II, p. 92).

Dentre toda a análise, esse trecho chama atenção, pois implementa um direcionamento de como pode vir acontecer a EA, citando as trilhas interpretativas e as parcerias que a promovem no interior do parque. Por essa razão, pode-se afirmar que se trata de uma EA Crítica, posto que evidencia as dificuldades na realização da atividade, devido à redução da capacidade operacional por falta de pessoal capacitado.

No encarte III, o plano de manejo do PEMS, no tópico “Visão”, encontra-se o seguinte trecho “Ser referência em gestão de Unidade de Conservação urbana, incentivando a

integração com a comunidade local por meio do estímulo à recreação, à educação ambiental, à pesquisa científica e ao turismo em contato com a natureza” (IMASUL, 2021, p. 143).

Também no encarte III, do plano de manejo do PEP, há diversas propostas de criação de subprogramas: relações públicas, controle ambiental, incentivo a atividades e desenvolvimento e de educação ambiental. Para isso, é citada a elaboração de instrumentos pedagógicos, subprograma de relações públicas; porém, do ponto de vista da educação ambiental, não ocorre uma correlação direta com os professores e estudos e ainda com os visitantes ou turistas. Nota-se que os subprogramas foram pensados de forma particular, sem interação com os demais, possuindo uma postura voltada para a EA Conservadora.

Outro exemplo, é o subprograma de educação ambiental, que possui como objetivos integrar a UC no contexto educacional da região, de modo a criar atitudes de respeito e de proteção aos recursos naturais e realizar ações que busquem fiscalização e controle ambiental da área. Assim, a prioridade é implantar o programa de Educação Ambiental no entorno do parque e associá-lo também aos moradores. Nesse caso, percebe-se a vertente da EA Pragmática associada a conservadora, devido a induzir a fiscalização, mas não propõe a realização de questionamento em relação à legislação vigente.

No entanto, tratando dos objetivos específicos do PEMS e PEP, em relação ao “Planejamento Estratégico”, é possível identificar a menção a: “Contribuir para a sensibilização e educação ambiental da comunidade”. É recorrente as afirmações sobre o uso da EA como auxiliar na gestão e integração do PEMS. Em vista disso, pode ser considerado um trecho vinculado à EA Pragmática, devido tratar da administração do parque, mas, não levar em consideração os motivos/benefícios que os recursos naturais proporcionam.

Em ambos os planos, no item “Estratégia 5: Fortalecer o Programa de Uso Público” visa a capacidade operacional de atender o público e utilizar os “equipamentos disponíveis” de forma diversificada, com isso associando a EA e, ao mesmo tempo, aumento do sentimento de pertencimento em relação ao PEMS.

Os recursos naturais no plano de manejo são vistos, muitas vezes, como equipamentos utilizados para atrair a população, não ressaltando o valor social, ambiental e político. Além disso, a educação ambiental está sendo associada ao termo “sensibilizar”, no entanto, o plano de manejo não fornece meios e não explica como seria essa sensibilização. Por isso, nota-se mais uma vez a presença da EA Pragmática.

Análise por meio da categorização das macrotendências da Educação Ambiental em Parques Estaduais da cidade de Campo Grande (MS)

Quando se trata dos zoneamentos do PEMS e do PEP, percebe-se que, dentre as normas de uso e atividades permitidas, a EA é citada nas seguintes zonas: primitiva, de uso extensivo e intensivo. E dentre os objetivos, aparece apenas na zona de uso intensivo, da seguinte forma: “Promover a integração e a educação ambiental através de atividades monitoradas”, portanto, como dito anteriormente ligada à EA Pragmática, devido a utilizar a EA como um meio para diminuir os problemas ambientais e promover a sustentabilidade a partir da integração.

Ainda, em ambos os planos de manejo, encontra-se um programa de manejo destinado ao Uso Público e a Educação Ambiental, onde o objetivo visa

(...) promover a sensibilização ambiental e o contato com a natureza, por meio de atividades educativas, recreativas e desportivas junto à comunidade de Mato Grosso do Sul e visitantes que estão a turismo na cidade de Campo Grande ou que utilizam a mesma como apoio para chegar a outros destinos no Estado. (IMASUL, 2021, p. 181).

Além disso, prevê a elaboração de um Plano de Uso Público e Educação Ambiental com atividades e normas, considerada assim, uma meta de curto prazo. Nota-se que o plano objetiva a EA, muitas vezes, restrito ao contato com a natureza, muitas vezes interligando o turismo ou outras práticas. Portanto, a EA identificada é a Pragmática.

Como síntese, podemos observar o Quadro 3.

Quadro 3. Análise das macrotendências conforme as citações do termo “Educação Ambiental”.

Ord.	PEMS (2021)		PEP (2021)	
1	“(…) visando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza.” (p.7/l)	Conservadora	(...)objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza”. (p.7/l)	Conservadora
2	“Educação Ambiental; Uso Público; Atividades Acadêmicas; Pesquisa Científica. (p.9/l)	Conservadora	“Educação Ambiental; Uso Público; Atividades Acadêmicas; Pesquisa Científica “. (p. 9/l)	Conservadora
3	“(…) o Projeto Social Patrulha Florestinha, com o objetivo de oferecer aos jovens da comunidade da região do bairro	Conservadora	“(…) origem dos animais recebidos pelo CRAS está fortemente relacionada ao tráfico e à criação em cativeiro de animais silvestres, viu-se a necessidade	Conservadora

	Nova Lima noções de educação ambiental, ecologia e botânica (...)” (p. 12/I)		de inseri-lo nas atividades de uso público e educação ambiental.” (p. 13/I)	
4	“(…)áreas estiverem preparadas para oferecer oportunidades de recreação em contato com a natureza e de Educação Ambiental” (p.18/I)	Conservadora e Pragmática.	“(…) áreas estiverem preparadas para oferecer oportunidades de recreação em contato com a natureza e de Educação Ambiental” (p.18/I)	Conservadora e Pragmática
5	“Proporcionar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação ambiental (...)”. (p. 29/I)	Pragmática	“Proporcionar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação ambiental (...)”. (p. 29/I)	Pragmática
6	“Política Municipal de Meio Ambiente cujos objetivos incluem (...) Política Nacional de Meio Ambiente, Educação Ambiental, (...) Sistema Nacional de Unidades de Conservação e demais legislações vigentes; e a conservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem.” (p. 31/II)	Conservadora	“Política Municipal de Meio Ambiente cujos objetivos incluem (...) Política Nacional de Meio Ambiente, Educação Ambiental, (...) Sistema Nacional de Unidades de Conservação e demais legislações vigentes; e a conservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem.” (p. 37/II)	Conservadora
7	“(…) de modo a desenvolver sua vocação para o uso público de forma mais eficiente, atraindo inclusive a população do entorno, como forma de instrumento de sensibilização e educação ambiental. “ (p. 75/II)	Conservadora e Pragmática	“No Parque a visitação é feita com foco na sensibilização e promoção da educação ambiental, sendo realizada através de caminhadas e observação em trilhas interpretativas pré-agendadas e orientadas, essencialmente, por Guardas Parques (...)” (p. 92/II)	Crítica
8	“(…) incentivando a integração com a comunidade local por meio do estímulo à recreação, à educação		Programas: relações públicas, controle ambiental, incentivo a atividades e	

Análise por meio da categorização das macrotendências da Educação Ambiental em Parques Estaduais da cidade de Campo Grande (MS)

	ambiental, à pesquisa científica e ao turismo em contato com a natureza”. (p. 8/III)	Conservadora	desenvolvimento e de educação ambiental.	Conservadora.
9	“Contribuir para a sensibilização e educação ambiental da comunidade; (p. 9/III)	Pragmática	“Contribuir para a sensibilização e educação ambiental da comunidade; (p. 8/III)	Pragmática
10	“(…) desta forma garantir à sociedade serviços de lazer em contato com a natureza, geração de conhecimento e educação ambiental, ao mesmo tempo ampliando na sociedade o sentimento de pertencimento.” (p.17/III)	Pragmática	“(…) dessa forma garantir à sociedade serviços de lazer em contato com a natureza, geração de conhecimento e educação ambiental, ao mesmo tempo ampliando na sociedade o sentimento de pertencimento”. (p. 16/III)	Pragmática
11	“Promover a integração e a educação ambiental através de atividades monitoradas.” (p. 26/III)	Pragmática	“Promover a integração e a educação ambiental através de atividades monitoradas.” (p. 26/III)	Pragmática
12	“O Programa de Uso Público e Educação Ambiental visa promover a sensibilização ambiental e o contato com a natureza.” (p. 46/III)	Pragmática	“O Programa de Uso Público e Educação Ambiental visa promover a sensibilização ambiental e o contato com a natureza.” (p. 49/III)	Pragmática

Fonte: Autores, 2023.

A partir disso, constata-se que há um predomínio das macrotendências conservadora e pragmática. Conforme a Tabela 1, pode-se constatar um distanciamento com a dinâmica social e política com valorização dos aspectos físicos associado a uma perspectiva sustentável.

Além disso, nota-se as semelhanças ou igualdades, entre ambos os planos discutidos. Assim, não havendo um cuidado com as peculiaridades de cada parque analisado.

Tabela 1. Quantitativo de macrotendências.

Macrotendências	PEMS	PEP
Conservadora	7	6
Pragmática	7	6
Crítica	-	1

Fonte: Autores, 2023.

Dessa maneira, os planos de manejo se distanciam de uma gestão ambiental considerada transformadora pautado na discussão das desigualdades e injustiças sociais com base em uma visão sociológica e política.

Considerações Finais

Após a análise dos planos de manejo do Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual Matas do Segredo, é compreensível a presença da macrotendência conservadora pautada em uma corrente comportamentalista individual, distante da dinâmica social e política e sem uma realização de uma análise estrutural de cunho social, político e ambiental vigente.

Se percebe que os planos buscam introduzir a EA, por força das diretrizes do SNUC que dispõe como obrigatoriedade a realização de Educação Ambiental nos parques estaduais, mas não como uma tentativa de consolidação, desenvolvimento da EA, da forma como se espera no atual momento.

É importante salientar que, segundo o SNUC, não há nenhuma obrigatoriedade relacionada à implementação do programa. No entanto, o próprio SNUC pressupõe atividades de cunho educacional no interior da UC. Nesse quesito o maior problema é a falta de profissionais e de recursos financeiros destinados para as UCs, para atender esse objetivo, além do turismo, da pesquisa científica e manutenção dos parques. Com isso, nota-se a indícios de uma EA Crítica no documento que, no dia a dia, volta a ser uma EA Conservadora.

A análise geral e posteriormente comparativa de ambos os planos de manejo deixa em evidência a similaridade dos documentos, não havendo direcionamento ou grandes diferenças de planejamento e gestão. É perceptível que ambos os planos tratam da necessidade da sensibilização da população em relação aos recursos naturais. Tal afirmativa é justificada devido ao desenvolvimento sustentável, termo que surge para aprovar o uso da natureza do ponto de vista econômico, associado à sua conservação (Montibeller, 2004). Com isso, deixa evidente a perspectiva da EA Pragmática, pois associa a EA com a tentativa da existência de um desenvolvimento sustentável.

Entretanto, é exposta a importância da EA para as discussões em torno de UCs. Por isso, como dito anteriormente, o termo “sensibilizar” aparece diversas vezes, com o intuito de provocar mudanças de valores e provocar atividades que afloram as injustiças socioambientais, por exemplo. Assim, nota-se que nesse contexto a EA Crítica surge com uma concepção mais geral, do todo.

Deve-se levar em consideração também que o plano de manejo de ambos os parques é raso, quando se trata de qual contexto a Educação Ambiental pode vir atuar; não há nenhuma demonstração da problemática ambiental e somente descrição dos aspectos geográficos físicos, validando a EA Conservadora.

Independente da UC tratada, nota-se que o subprograma de EA se faz extremamente necessário para trazer pertencimento; provocar discussões em relação aos problemas e provocar o surgimento de soluções. Com isso a EA pode ser associada a modificações de atitudes, sentimentos e valores. E como consequência positiva possibilita a implementação da educação ambiental crítica, pautada no enfrentamento político com uma visão mais sociológica.

Hoje, mais do que em qualquer época passada, fala-se sobre a solução dos problemas ambientais associados ao comprometimento social. Para isso, é necessária uma discussão profunda que possibilite a ampliação da Educação Ambiental iniciada pelos planos de manejo das UCs e praticadas além dos ambientes escolares.

Para isso, faz-se oportuna uma compreensão da Educação Ambiental Crítica, que busca transformar o processo de gestão ambiental, por meio de oposições conservadoras, e que se desenvolvam por um viés sociológico e político, com a índole de levar a EA para as diferentes classes sociais.

Referências

BONAR, S. A. **The conservation professional's guide to working with people**. Island Press, 2012.

CARVALHO, I.C.M. Qual Educação Ambiental? Elementos para um Debate sobre Educação in **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, vol. 2, no. 2, Porto Alegre, abr/jun, 2001.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. v. 3. São Paulo: Hucitec, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9985**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: IBAMA, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.795**. Institui a lei da Educação Ambiental. Brasília: 1999.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

GROEN. Engenharia e Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico de Campo Grande - ZEE-CG 1ª Fase**. Produto IV - Mapas Finais e Carta de Gestão do território. Campo Grande, 2016. Disponível em <https://sites.google.com/site/zeecampogrande/downloads>

ICMBio. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais**: um guia para gestores e conselheiros. 2014, 76 p.

Marx, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul - Ensino Médio**. Secretária de Educação de Mato Grosso do Sul. 2012.

_____. **Unidades de conservação estaduais**. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Disponível em: < <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/>> Acesso em: 21 jun. 2022.

_____. **Unidades de conservação municipais**. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Disponível em: < <https://www.imasul.ms.gov.br/unidades-de-conservacao-municipais/>> Acesso em: 21 jun. 2022.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. **Plano de Manejo Parque Estadual do Prosa**. Campo Grande-MS, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. **Unidades de conservação municipais**. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Disponível em: < <https://www.imasul.ms.gov.br/unidades-de-conservacao-municipais/>> Acesso em: 21 jun. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. **Plano de Manejo Parque Estadual do Prosa**. Campo Grande-MS, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/mapas.htm> Acesso em: 20 mar 2022.

OLIVEIRA, L.P.L. **Metodologia de projetos: da segmentação de conteúdos a um ensino contextualizado e integrado à vida**. Planaltina – DF, p.1-15, 2014.

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: IBAMA, 2005.

SACHS, I. Primeiras intervenções. Org. NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SAUVÉ, L. Currents in environmental education: mapping a complex and evolving pedagogical field. **Canadian Journal of Environmental Education**, Ontario, n. 10, Spring. P. 11-37. 2005a.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005b. p. 17-44.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. especial, p. 17-1256, 2010.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil, Campus de Três Lagoas e Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Notas

ⁱ No contexto do SNUC, os Parques Estaduais enquadram-se em Parque Nacional que visa a preservação de grande relevância ecológica e beleza cênica (Brasil, 2000).

ⁱⁱ Inicialmente o PEP seria classificado como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes (1981) (Oliveira, 1998).

ⁱⁱⁱ O SNUC prevê que após a criação da unidade de conservação deve ser elaborado um plano de manejo em até cinco anos, a partir da data da sua criação (Brasil, 2000).

Sobre os autores

Paola Vicentini Boni

Atualmente doutoranda do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia UFMS-CPTL. Possui licenciatura (2017) e mestrado (2020) pela UFMS. E-mail: paola.boni@ufms.br; orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-9449-7630>>

Mauro Henrique Soares da Silva

Atualmente é Professor Adjunto no Curso de Geografia, na UFMS-CPTL, além de atuar no Programa de Pós-graduação em Geografia (Nível Mestrado e Doutorado) na mesma instituição. É Doutor pela UNESP e possui pós-doutorado na Universidade de Rennes 2. E-mail: mauro.soares@ufms.br; orcid: <<https://orcid.org/0000-0001-7710-3153>>

Recebido em: 06/12/2013

Aceito para publicação em: 09/12/2023